



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0008461-58.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Ivonete Aparecida Alberici de Santi**
 Requerido: **Tam Linhas Aéreas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que durante viagem que fazia em aeronave da ré foi ao banheiro e deixou sua bolsa sobre o assento.

Alegou ainda que posteriormente percebeu a subtração de uma quantia em dinheiro que estava no interior da bolsa, razão pela qual almeja à condenação da ré ao pagamento da mesma.

Reputo que, na forma do despachado a fl. 38, item 1, não se cogita da incidência à hipótese vertente da regra do art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor, porque a matéria posta a discussão nasce de questão puramente fática e que não guarda ligação com a hipossuficiência técnica que alicerça a inversão do ônus da prova.

Bem por isso, e como lá consignado, tocava à autora a comprovação do fato constitutivo de seu direito, mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Com efeito, a autora alega a subtração de quantia em dinheiro que deixara em sua bolsa, a qual permaneceu sobre o assento que ocupava enquanto se dirigiu ao banheiro da aeronave durante viagem que realizava.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Acrescentou na réplica que ainda no avião percebeu esse fato, recebendo da comandante de bordo a orientação para fazer a reclamação pelo ocorrido no balcão da ré.

Nesse contexto, reunia condições para amealhar dados concretos que no mínimo conferissem verossimilhança à sua versão, mas não o fez.

O relato exordial não foi instruído com um elemento sequer dessa natureza e, como se não bastasse, a autora não demonstrou interesse no aprofundamento da dilação probatória (fls. 38/39 e 41).

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da pretensão deduzida, tendo em vista a inobservância pela autora do que prevê o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA